# "Expulsar a esquerda do poder": Considerações sobre a formação de cadeias de equivalência contra o governo de Salvador Allende (1970-1973) à luz da teoria de Ernesto Laclau

Maurício Marques Brum[1]

mauribrum@gmail.com

**Resumo:** Salvador Allende chegou à presidência do Chile em 1970, enfrentando grande oposição desde o início. Sua posse, no entanto, foi garantida por muitos dos grupos contrários a seu programa, graças ao pensamento hegemônico de defesa da legalidade, que fazia o Chile se considerar uma exceção democrática num continente repleto de ditaduras. Este artigo busca analisar, à luz da teoria de Ernesto Laclau, como o discurso democrático foi gradativamente perdendo força, sendo substituído por um significante vazio pela oposição: a necessidade de "expulsar a esquerda do poder", que englobava uma cadeia de equivalências nas quais a resolução dos problemas econômicos e políticos passava pela derrubada de Allende. Frente à crise, essa construção ajudou a atrair setores cada vez mais amplos à ideia de substituir o governo, como efetivamente ocorreria em 1973, com golpe de Estado liderado por Pinochet.
**Palavras-chave:** Cadeias de equivalência; Ernesto Laclau; Salvador Allende.

**Abstract:**Salvador Allende became President of Chile in 1970, facing strong opposition from the very beginning. His inauguration, however, was assured by many of the groups that opposed his program, thanks to the hegemonic thinking of defense of legalism, which made Chile see itself as a democratic exception within a continent packed with dictatorships. This paper seeks to examine, in the light of Ernesto Laclau's theories, the way in which the democratic discourse gradually lost strength, being replaced by the opposition with an empty signifier: the need to "expel the left from the power", which included a chain of equivalences in which the resolution of economic and political issues could only be achieved by overthrowing Allende. In a context of crisis, this construct helped to attract growing groups to the idea of replacing the government, what effectively took place in 1973, with the coup d'état led by Pinochet.
**Keywords:** Equivalence chains; Ernesto Laclau; Salvador Allende.

## Introdução

Na noite de 4 de setembro de 1970, após três tentativas frustradas de chegar à Presidência da República do Chile[2], o candidato socialista Salvador Allende Gossens foi

[1] Mestrando em História (Bolsista CNPq) . Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

[2] Salvador Allende (membro do Partido Socialista, que em 1970 concorreu coligado na Unidade Popular), senador reeleito sucessivamente desde 1945, havia alternado suas vitoriosas campanhas por cargos legislativos com derrotas na corrida presidencial: participou do pleito em 1952, quando conquistou apenas 5,45% dos votos, mas se afirmou como o nome forte da esquerda, voltando a tentar a presidência em 1958 (28,9% dos votos, apenas 33 mil a menos que Jorge Alessandri, candidato independente, que concorria com o apoio das siglas conservadoras) e em 1964 (39% dos votos, derrotado por Eduardo Frei Montalva, do Partido Democrata Cristão, que teve 56%).

anunciado como vencedor daquelas eleições, conquistando um mandato que deveria durar seis anos. Não foi um triunfo confortável: com efeito, a vitória veio, inclusive, sem uma maioria absoluta do eleitorado que desse suporte ao presidenciável recém-eleito. Allende amealhou apenas 36,6% dos votos, quantia suficiente para lhe dar a primeira maioria relativa, situação que só havia se tornado possível num cenário muito específico, como o que havia se desenhado naquele pleito: uma forte divisão entre três correntes políticas de peso na corrida eleitoral.

Derrotados pelo candidato do Partido Socialista, ficaram para trás Jorge Alessandri Rodríguez (35,3% do eleitorado), que presidira o Chile entre 1958 e 1964 e representava a direita tradicional, e também o democrata-cristão Radomiro Tomic (que totalizou 28,1% dos votos), candidato do principal partido da situação e dono de uma plataforma considerada reformista. Apesar da liderança nas urnas, Salvador Allende só teve a posse confirmada efetivamente cinquenta dias após as eleições. Sem segundo turno previsto em lei, cabia ao Congresso seguir sua atribuição constitucional para casos de eleições decididas sem uma maioria absoluta: na reunião definitiva de deputados e senadores, marcada para 24 de outubro, os parlamentares deveriam escolher entre os dois candidatos mais votados. Embora tradicionalmente a escolha tivesse pendido para o primeiro colocado de forma invariável até então, as semanas que antecederam a reunião dos congressistas foram de muita incerteza quanto à confirmação da vitória de Allende, dado o contexto de grande polarização e tensão política que se vivia no país. A especulação financeira que se seguiu aos resultados eleitorais, por exemplo, foi uma espécie de prenúncio do que viria: na segunda-feira seguinte à votação, as cotações na bolsa de valores caíram cerca de 60% (PRATS, 1985: 168).

No entanto, mesmo com as dificuldades prenunciadas e a resistência flagrante de um amplo setor social e político do país, encabeçado pela elite econômica chilena, Salvador Allende teria sua vitória confirmada – sob condições que detalharemos mais abaixo. Ainda que as conspirações para evitar a posse já estivessem sendo tramadas (as quais posteriormente se converteriam em conjuras para derrubar Allende), o Chile ainda vivia sob a ideia muito difundida de que constituía uma "exceção" democrática na América Latina, onde os partidos e as Forças Armadas seguiriam a legalidade independentemente dos vieses políticos da sigla que ocupasse o poder. Neste artigo, analiso, à luz da teoria de Ernesto Laclau, como o discurso hegemônico de defesa da legalidade democrática foi gradativamente perdendo força, substituído por um significante vazio – a necessidade de "expulsar a esquerda do poder" –, que englobava uma cadeia de equivalências nas quais a

solução de diferentes problemas cotidianos – e inclusive uma suposta manutenção da própria legalidade – passava pela derrubada do governo de esquerda, como efetivamente ocorreria em 11 de setembro de 1973, no golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, que custou a vida a Salvador Allende e iniciou o regime ditatorial que se estenderia pelos dezessete anos seguintes.

**A "democracia" acima de tudo**

A esquerda política havia chegado ao poder sob a consigna da Unidade Popular (UP), uma ampla coalizão liderada pelas principais siglas de inspiração marxista – o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Chileno (PCCh) –, mas que contava também com a importante participação de denominações progressistas oriundas de outras tradições teóricas, notavelmente o Partido Radical (PR). Era, de certo modo, e como muitos de seus políticos insistiam, uma aliança de classes em torno de um ideal: enquanto socialistas e comunistas tinham a maior penetração em movimentos sindicais operários e campesinos, além de setores intelectuais ligados às universidades, o PR historicamente aglutinava em torno de si uma fatia considerável do eleitorado de classe média, embora este nos últimos anos viesse sendo atraído pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o que se mostrava um complicador para os objetivos da esquerda (WINN, 2010: 54).

Conquistar essa importante camada da população era fundamental para os objetivos eleitorais da UP, bem como sua posterior manutenção no poder e, embora os radicais tenham visto sua importância rapidamente diminuir dentro da coligação, sua presença inicialmente oferecia certa segurança àqueles reticentes quanto às intenções do governo socialista no período que se iniciava. No caso do PCCh, por exemplo, a necessidade de uma ampla aliança entre os interesses de operários, camponeses, camadas médias urbanas e intelectuais (a fim de reduzir a influência dos "monopólios" econômicos) era uma posição defendida inclusive pela linha internacional do comunismo.[3] A vitória de Salvador Allende também oferecia um cenário novo pelo ineditismo de um candidato de formação marxista vestindo a faixa presidencial para ocupar o cargo máximo no Palácio de La Moneda – no entanto, a aliança entre socialistas, comunistas e radicais não era exatamente uma novidade. As mesmas siglas já haviam chegado ao poder juntas, no final da década de 1930 – mas, daquela vez, estavam coligadas dentro da Frente Popular encabeçada pelo

[3] Ver: Documentos de la Conferencia Internacional de los Partidos Comunistas y Obreros (1969), Moscú, 17 de junio de 1969. In: FARÍAS (2000: 78-113).

presidente Pedro Aguirre Cerda, e era o PR quem exercia o maior peso político e controlava a distribuição dos cargos no governo (AGGIO, 1999).

No entanto, a questão fundamental para se compreender a situação chilena e as mudanças que se desenvolveram posteriormente reside no fato de que, desde a apuração dos votos em 4 de setembro de 1970, grande parte das lideranças políticas buscou soluções dentro do marco institucional e legal para dissipar as dúvidas frente à política do novo governo. "Será uma revolução com empanadas e vinho tinto", gostava de brincar Allende; alguns anos antes, Ernesto *Che* Guevara havia presenteado o futuro presidente – e então senador – com um exemplar de seu *La guerra de guerrillas*, escrevendo na dedicatória: "A Salvador Allende, que por outros meios trata de obter o mesmo" (DEBRAY, 2009, p. 39). As duas frases faziam alusão a um mesmo aspecto do pensamento político que chegaria ao governo com o novo presidente: àquilo que ficaria conhecido como a "via chilena ao socialismo", a proposta da Unidade Popular de realizar uma transição econômica, social e política, baseando-se apenas no regime legal pré-existente, sem quebras institucionais. No programa de Allende, apareciam como prioridades a intensificação da reforma agrária, a nacionalização da mineração do cobre e do sistema bancário, e a estatização de algumas fábricas de itens essenciais, entre outras medidas que assustaram os setores oligárquicos do país.

Por mais que o discurso allendista fosse fortemente baseado na legalidade, a defesa do regime democrático e institucional mobilizou o que viria a ser a oposição de Allende. O Partido Democrata Cristão, que governava o Chile desde 1964 com Eduardo Frei Montalva, havia iniciado uma série de reformas sociais, propagandeadas à época como a "Revolução em Liberdade" – fazendo uma contraposição à "revolução marxista" e *sem liberdade* que atribuíam a Salvador Allende. De fato, algumas medidas progressistas do programa da UP, como a reforma agrária e a nacionalização do cobre haviam sido iniciadas na gestão de Frei, mas de forma tímida, e a popularidade do governo declinou nos últimos anos de seu mandato, combalida pelos fracos resultados econômicos e pela péssima imagem deixada por repetidos casos de repressão a movimentos sociais.[4] Embora criticadas pela esquerda, tais políticas haviam afastado o PDC da direita – que havia apoiado incondicionalmente Frei em 1964, eleito com a maior porcentagem de votos até então (mais de 56% do eleitorado).

[4] Dois massacres de trabalhadores ocorridos no governo de Eduardo Frei ficaram famosos: em 11 de março de 1966, oito mineiros foram mortos pela polícia durante a repressão a uma greve na mina de cobre de El Salvador, na região do deserto do Atacama. No dia 9 de março de 1969, durante a tentativa de ocupação de um terreno baldio para a construção de moradias na região de Puerto Montt, no sul do Chile, dez pessoas foram mortas por forças policiais que cercaram a multidão desarmada (SOTO, 2006, p. 8).

Para 1970, os grupos conservadores apostariam num candidato próprio, isolando o PDC e recuperando o ex-presidente Jorge Alessandri[5], gerando o cenário tripartite que acabaria por favorecer a UP (WINN, 2010: 63).

Sem ter como recuperar o apoio dos conservadores e criticada pela esquerda tradicional, a democracia-cristã deu uma nova guinada e apostou em sua ala mais progressista para o pleito que se avizinhava, prometendo a continuidade de sua "Revolução em Liberdade". Alguns analistas, inclusive, consideravam a plataforma de Radomiro Tomic muito similar à de Allende, com a distinção fundamental de não se apoiar na tradição marxista para propor as mudanças contidas em seu programa (WINN, 2010: 63). A nova postura do PDC reduziu até mesmo seu apoio internacional: os Estados Unidos, que haviam financiado a campanha de Frei seis anos antes e ofereceram auxílios ao longo de todo o seu governo[6], desta vez preferiram não escolher um candidato específico, enviando dólares indiscriminadamente para os dois candidatos que se opunham a Salvador Allende – mais tarde, a CIA identificaria como uma das razões para a vitória da Unidade Popular essa "estratégia falha" que se baseava em "*to beat somebody with nobody*" (MONIZ BANDEIRA, 2008: 143).

Entre os efeitos imediatos causados pelo posicionamento do Partido Democrata Cristão estava a grande influência conferida ao seu setor interno mais disposto a um diálogo com Allende e seus coligados. Assim, na noite de 4 de setembro de 1970, após o anúncio dos resultados, o candidato do PDC, Radomiro Tomic, imediatamente reconheceu a derrota e foi congratular pessoalmente o postulante do Partido Socialista (DRAGO, 1995: 38). Mais tarde, seria esse mesmo setor da democracia-cristã o responsável por se aproximar da UP e garantir que, em outubro, os deputados e senadores do PDC votariam em Salvador Allende (e não em Jorge Alessandri, como se especulava), de modo a confirmar sua vitória e assegurar sua posse. Para tanto, uma vez mais, a ideia básica constituía em reforçar o sentido da legalidade existente: arquitetou-se um "Estatuto de Garantias Democráticas", assinado pelo socialista, que atualizava a Constituição Chilena em tópicos relativos ao reforço das liberdades de opinião, sindicais e partidárias, entre outros pontos que alguns

[5] Alessandri concorreu oficialmente como independente, mas tinha o apoio declarado do Partido Nacional (PN), a principal sigla de direita no país. Em 1958, havia sido eleito com o apoio do Partido Liberal e do Partido Conservador, justamente as siglas que se uniriam mais tarde na fundação do PN.

[6] Henry Kissinger, secretário de estado norte-americano e um dos arquitetos do movimento que buscava impedir a posse de Salvador Allende (e, posteriormente, um dos principais nomes na trama da conspiração que levaria ao golpe), estima o auxílio dos Estados Unidos ao governo Frei na ordem de 1 bilhão de dólares. Tal valor representava a taxa *per capita* mais elevada de toda a América Latina em termos de financiamento oficial (KISSINGER, 2011: 661).

grupos de oposição consideravam ameaçados pelo programa que a Unidade Popular prometia implementar. Comunicando-se com Benjamín Prado, um dos líderes da democracia-cristã, Allende assinalara não ver qualquer problema em firmar o documento, já que os termos do texto "concuerdan plenamente con mi posición sobre las materias que contempla, y que interpretan integralmente los planteamientos que sostuve durante la campaña electoral y ante los delegados de la Unidad Popular que participaron en la comisión redactora" (ALLENDE *apud* FARÍAS, 2000: 441).

Tal preocupação com a manutenção de um regime democrático, balizado pelo marco institucional e legal vigente, dificilmente triunfaria sem algum trauma se a mesma preocupação não estivesse presente em atores importantes do cenário político nacional que não necessariamente estivessem inseridos no campo da política partidária – como os altos oficiais das Forças Armadas, por exemplo. De forma fundamental, entre os militares também subsistiu o princípio de submissão e respeito à legalidade – princípio este que seria rompido dramaticamente em 1973 –, personificado pelo que ficou conhecido como a "Doutrina Schneider". O nome fazia referência ao general René Schneider, comandante-em-chefe do Exército que, diante das especulações quanto a uma intervenção militar à moda brasileira para impedir a posse de Allende, pregou categoricamente a neutralidade de sua instituição:

> [...] algunos manifiestan que las Fuerzas Armadas son también "una alternativa de poder". Es importante que en nuestro ambiente, en nuestro país y al frente de nuestra Institución tengamos muy en claro este concepto porque en este momento debe quedar absolutamente definido y clarificado. En nuestro país impera un régimen legal definido en una Constitución Política que establece de forma muy clara la forma y la vía por la cual se deben renovar los diferentes poderes del Estado; y la fija de forma muy clara quiénes son los que tienen opción a llegar a estos poderes. Y en estas definiciones no figuran las Fuerzas Armadas con opción de llegar al poder; por el contrario, le da a ellas la misión de garantizar el funcionamiento del régimen legal y, por lo tanto, de respaldarla para que por la vía normal se elijan los diferentes poderes del Estado, entre ellos el Poder Ejecutivo. […] Luego, mientras se viva en un régimen legal, las Fuerzas Armadas de Chile no son una "alternativa de poder" (SCHNEIDER *apud* GONZÁLEZ, 2012: 42).

René Schneider não viveria para fazer cumprir suas palavras. O general morreria tragicamente em decorrência de um atentado cometido em 22 de outubro de 1970, uma tentativa desesperada de militantes de ultradireita – com o apoio subterrâneo dos Estados

Unidos[7] – a fim de gerar uma crise política e impedir a posse de Allende, visto que o Congresso se reuniria apenas dois dias depois para definir o vencedor entre o candidato da UP e Jorge Alessandri. O plano, contudo, fracassou: no lugar de Schneider, o comando do Exército foi assumido pelo general Carlos Prats, cujas convicções legalistas se assemelhavam às do antecessor. Não houve, naquele momento, nova cogitação de que as Forças Armadas rompessem com o regime legal para responder ao ataque e, se o atentado teve algum efeito, talvez tenha sido simplesmente reforçar as palavras do militar assassinado sobre a necessidade de conservar a institucionalidade. Dois dias após os tiros serem disparados contra Schneider, os deputados e senadores confirmaram por ampla maioria a vitória de Allende – além dos votos óbvios dos partidos integrantes da Unidade Popular, o candidato contou com o apoio unânime da democracia-cristã; apenas os congressistas do Partido Nacional votaram em Alessandri.

As dificuldades do novo governo, porém, só se acumulariam a partir dali. Ao longo de 1971, no primeiro ano cheio de governo de Allende, gradativamente a oposição foi se fechando ao diálogo, ao mesmo tempo em que, dentro da própria UP, discordâncias levaram a fragmentações nos dois extremos – setores mais moderados do Partido Radical se separariam da coalizão, assustados com a rapidez do processo, enquanto grupos que se consideravam "revolucionários" reclamavam do oposto, acusando o governo de pactuar com a burguesia e não avançar o suficiente. O presidente se veria isolado e sua proposta legalista perderia crédito aos olhos da população, a qual seria inundada também pelos discursos da oposição. Pouco a pouco, os grupos e indivíduos de oposição dispostos ao diálogo com o governo foram perdendo influência em seus próprios círculos, e a ideia de manutenção da legalidade já não pareceria compatível com a permanência da Unidade Popular no poder. Muitos passaram a trabalhar até mesmo com um rompimento do regime legal, se preciso fosse, a fim de afastar a UP da presidência. Constituir-se-ia, deste modo, um amplo discurso oposicionista que buscaria "enfrentar a esquerda". A luta contra os "marxistas" no poder, assim, se constituiria no significante vazio sob o qual, por uma longa cadeia de equivalências, se uniriam setores cada vez maiores de oposição, dentro e fora do campo político-partidário.

[7] Nos bastidores, o governo norte-americano vinha trabalhando com dois "caminhos" para tentar evitar a posse de Allende: naquilo que os documentos secretos chamavam de "Operação FUBELT", trabalhava-se com a *Track I* (um golpe "brando", a ser dado através do convencimento do Congresso para votar em Alessandri, que deveria renunciar, convocando novas eleições, nas quais a direita apoiaria um candidato do PDC, como fizera em 1964, garantindo a derrota de Allende) e a *Track II* (um golpe militar violento, a partir da desestabilização econômica e política do país; o assassinato de Schneider fazia parte do plano). Sobre a participação norte-americana nas conspirações, ver: Marín (1976) e Verdugo (2003).

**As cadeias de equivalência em Ernesto Laclau**

Neste ponto, convém elucidar a perspectiva teórica em que nos baseamos para realizar a análise de como se deu o processo de construção de uma oposição cada vez mais ampla ao governo da Unidade Popular, a ponto de superar a antiga preocupação em preservar a legalidade, o que ultimamente impulsionaria a uma violenta ruptura institucional levada a cabo pelos diferentes ramos das Forças Armadas. Em seu artigo intitulado *The Death and Resurrection of the Theory of Ideology*, Ernesto Laclau (1997) revisita autores clássicos e também recentes para argumentar sobre a perda do sentido da velha noção que apresentava o conceito de ideologia como uma distorção e uma falsa representação da realidade, a qual precisaria ser superada para se atingir uma "verdade" maior – noção esta presente inicialmente em Marx e Engels (1998) e, mais tarde, aprofundada em textos como os de Lukács (2003). Para Laclau, a existência desta "verdade", isto é, um conhecimento que permitisse um ponto de vista extra-ideológico, não submetido a distorção alguma, é simplesmente impossível. Ideológico não seria o discurso que tenta ocultar a "verdade" mas, pelo contrário, o preciso ato de apresentar determinado pensamento como "verdadeiro" ou "fechado". Daí a morte imediatamente seguida de ressurreição da teoria da ideologia anunciada no título de seu trabalho – ocorre uma pertinente renovação do conceito de ideologia dentro da formulação elaborada por Laclau.

O autor assim postula que, diferentemente do que poderia parecer a um olhar inicial, uma distorção pode, sim, ser constitutiva. Desta maneira, um efeito de distorção não seria somente percebido na existência de um sentido originário ideal e não distorcido: é possível que este sentido primeiro esteja sendo, ele próprio, apresentado sob uma luz falsa ou, como coloca Laclau, "*as something different from what it is*[8]" (LACLAU, 1997: 301). Isso, somado ao fato de que uma operação de distorção necessita ser visível de alguma forma para ser percebida como tal (pois, caso contrário, ela terá sido bem-sucedida na construção de um novo sentido e não mais aparecerá como "distorção"), permite ao autor afirmar: o sentido que se apresenta como primeiro e verdadeiro, este sentido originário (*originary meaning*), é ilusório – e a distorção trata-se efetivamente da criação da ilusão de que esse sentido possui uma completude fechada (*closure*) e, ademais, uma transparência (*self-transparency*). De modo que, se Lukács, seguindo Marx e Engels, opunha a "verdade" à "falsa consciência" da ideologia, Laclau reposiciona a questão ao repisar a ideia de que não existiria uma verdade anterior a qualquer discurso – assim, é conveniente repetir, seria este

[8] "Como algo diferente do que é" (tradução livre).

discurso, o qual se anuncia como a "verdade" e como "não-ideológico", que na realidade é uma distorção.

Essa mencionada distorção envolve, enfim, um ato de ocultamento (*concealment*), que ocorre ao projetar-se em determinada ideia essa dimensão de fechamento, essa afirmação de verdade, que efetivamente está ausente. Ou seja: a distorção está na tentativa de "vender" a noção de que todos os efeitos percebidos em determinada questão podem ser explicados sem ir além da própria ideia originária, num discurso que se fecharia em si mesmo, ocultando deliberadamente vários outros aspectos que demonstram as falhas dessa ideia enquanto algo fechado. No caso do processo que levou ao golpe militar chileno de 1973, que exemplificaremos em mais detalhes após esta exposição teórica, poderíamos localizar essa operação na tentativa de atribuir ao governo de Salvador Allende, em particular, e à "esquerda" em geral, todas as crises – sociais, econômicas, políticas – vividas pelo país naquele momento. Identificar, digamos, a escassez de alimentos, a inflação descontrolada e a violência cotidiana – vivenciada nos enfrentamentos armados entre grupos de extrema-direita e ultraesquerda – com a política governista de esquerda e nada mais, acusando o governo de corrupção e incompetência, envolvia uma série de ocultamentos propositais. Envolvia ignorar de maneira deliberada, por exemplo, que a inflação galopante já vinha se agravando desde governos anteriores, que os grupos armados não se proliferavam simplesmente pela inépcia ou complacência da administração allendista[9], ou que grande parte da crise econômica não decorria sempre de erros de avaliação ao implantar a política de nacionalizações de Allende, e sim, em considerável medida, devido aos boicotes internacionais liderados pelos Estados Unidos.

Voltemos a Ernesto Laclau, que argumenta: visto que o já citado fechamento é impossível, uma ideia só pode se propor fechada se estiver se apresentando como algo diferente do que realmente é, incorporando novos e mais amplos sentidos que busquem encarnar o fechamento de um horizonte ideológico. Nas palavras de Laclau, "*there is*

[9] Há evidências apontando o apoio direto da ditadura brasileira e do governo dos Estados Unidos à principal frente armada de ultradireita, a Frente Nacionalista Patria y Libertad, que promoveu inúmeros atentados nos anos finais do governo Allende. Ver, por exemplo, González (2012). Por outro lado, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que pregava a luta armada para se atingir o socialismo, jamais teve participação direta dentro da Unidade Popular e de fato era crítico ao governo, desenvolvendo suas atividades muitas vezes à revelia das posições dos partidos que compunham a coligação governista (muitos membros da UP consideravam o MIR "extremista" e o culparam por acirrar os ânimos da oposição). Ao mesmo tempo, setores das Forças Armadas não seguiam as determinações do governo de coibir os grupos armados, permitindo que o Patria y Libertad jamais fosse perturbado em suas atividades sediciosas, aumentando a violência percebida cotidianamente.

*ideology whenever a particular content shows itself as more than itself*[10]" (LACLAU, 1997: 303). O autor exemplifica:

> Let us suppose that at some point, in a Third World country, nationalisation of the basic industries is proposed as an economic panacea. Now, this is just a technical way of running the economy and if it remains so it will never become an *ideology*. How does the transformation into the latter take place? Only if the particularity of the economic measure starts incarnating something more and different from itself: for instance, the emancipation from foreign domination, the elimination of capitalist waste, the possibility of social justice for excluded sections of the population, etc.[11] (LACLAU, 1997: 303).

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que, de forma notável, o exemplo anterior poderia servir – e com bem poucos ajustes – para analisar o próprio discurso e as propostas do governo de Salvador Allende, fortemente baseadas numa política de nacionalizações, a fim de resolver as desigualdades sociais e as dificuldades econômicas do país através do engrandecimento do Estado. No entanto, dentro dos objetivos deste artigo, proponho uma reflexão de um processo similar que se deu no outro sentido: no gradativo caminho para desconstruir a imagem da Unidade Popular, que levaria ao golpe de 11 de setembro, "retirar a esquerda do poder" ocuparia um posto semelhante, enquanto conteúdo aglutinador, àquele que "*nationalisation*" exerceu no exemplo acima. Como recorda Laclau, uma equivalência não significa, de modo algum, uma identidade perfeita – se assim fosse, estaríamos falando de demandas idênticas umas às outras, e não um conjunto de demandas que se somam em função de um fundo similar.

Evidentemente, os sentidos agregados à retirada da esquerda do poder eram muito diferentes daqueles do exemplo da "nacionalização" de Laclau, mas também tinham a ver com demandas que não estavam sendo atendidas, em função das dificuldades do momento. Assim, uma postura basicamente política – a busca por substituir o governo vigente por outro, com convicções distintas – passou a representar uma série de outras ideias, dentro de uma cadeia de equivalências: naquele contexto, retirar a esquerda do poder deixaria de ser simplesmente um processo político, localizado dentro do cenário de disputas partidárias

[10] "Há ideologia sempre que um conteúdo particular se mostra como algo mais do que si mesmo" (tradução livre).
[11] "Suponhamos que em determinado ponto, em um país do Terceiro Mundo, a nacionalização das indústrias básicas seja proposta como uma panaceia econômica. Por si só, isto é apenas uma forma técnica de fazer funcionar a economia e, permanecendo assim, nunca se tornará uma *ideologia*. Como a transformação nesta última tem lugar? Apenas se a particularidade da medida econômica começar a encarnar algo mais e diferente de si mesma: por exemplo, a emancipação perante a dominação estrangeira, a eliminação do desperdício capitalista, a possibilidade de justiça social para setores excluídos da população, etc." (tradução livre).

– a ser obtido por meios institucionais[12] ou não –, e passou a representar também uma "panaceia" tanto para os setores claramente descontentes com o governo quanto para outros que apenas sentiam na experiência cotidiana as agruras da crise. Acabar com o governo de esquerda tornou-se equivalente a uma série de demandas contra as quais, a rigor, não havia como se opor: retornar à estabilidade econômica, devolver o poder de compra à população engolida pela inflação, encerrar o desabastecimento de alimentos e combustíveis, reduzir a violência nas ruas.

Ernesto Laclau, porém, alerta que os sentidos que se acumulam numa cadeia de equivalências, sob um grande significante vazio (neste caso, a ideia de "expulsar a esquerda do poder"), podem ser interpretados de forma muito diferente conforme o contexto e o observador envolvidos. Em certo ponto de seu texto, o autor coloca: "*what I will attempt to show is that by agreeing to oppose 'injustice', 'deceit' or 'tyranny' we have not agreed about anything whatsoever*[13]" (LACLAU, 1997: 309). Concordar que a solução para os problemas envolvia a retirada do governo do poder ou, mais especificamente, estabelecer concordâncias óbvias em torno de questões que dificilmente causariam contrariedade, como a busca pelo fim da crise econômica e da violência, atraía para a causa uma enormidade de chilenos que possivelmente não concordariam com os meios posteriormente empregados ou, mesmo, com outros sentidos associados ao processo que estava em andamento.

Um grande ponto, no caso do Chile de 1973, é que a longa cadeia de equivalências construída contra o governo de Salvador Allende não envolvia apenas as demandas cotidianas do cidadão afetado pela alta do custo de vida, pelas greves ou pela insegurança – ela também incluía muitas demandas clássicas da direita política e das elites econômicas que, com efeito, eram as grandes articuladoras da oposição e suas conjuras. Desejar o fim do governo não era apenas encerrar a inflação ou os extremismos: era também, e muitos não deram a devida importância a isso, proteger a propriedade das oligarquias, devolver aos antigos donos as fábricas estatizadas, abrir mão da exclusividade nacional na exploração do cobre, encerrar – e reverter – a reforma agrária, fechar (ou privatizar) grande parte dos cursos universitários de amplo acesso iniciados durante o governo da UP, perseguir

[12] A direita política chilena trabalhou por muito tempo com a possibilidade de conquistar dois terços do Congresso nas eleições parlamentares de março de 1973, porcentagem mínima para fazer passar um processo de *impeachment* e derrocar o governo sem sair do marco institucional. Esse projeto fracassou quando a Unidade Popular, a despeito da crise, *aumentou* sua presença entre os parlamentares, conquistando 44% dos assentos naquele pleito. Sem novas eleições previstas antes do final do mandato de Allende em 1976, a única forma de derrocar o governo passou a ser através de um golpe.

[13] "O que eu vou tentar mostrar é que, ao concordar em nos opormos à 'injustiça', à 'fraude' ou à 'tirania', nós não concordamos a respeito de coisa alguma" (tradução livre).

militantes de partidos do governo sob a acusação de inimigos da pátria, perseguir e expulsar imigrantes estrangeiros, pretextando o temor de que fossem agentes internacionais do "comunismo", etc.

Em outro trabalho, Laclau (2013) procurará demonstrar como o "povo", em seu modelo teórico, não é uma categoria estática – seria, sempre, uma construção discursiva, variando de acordo com a situação contingente específica de cada contexto. Trata-se de uma parte da sociedade, que o autor denomina *plebs*, visando a se constituir na representação dessa sociedade como um todo, isto é, o *populus*. O "povo" pode, assim, ser várias coisas, de acordo com o contexto em que se constrói (ou é construído). E, num cenário em que Salvador Allende jamais teve maioria eleitoral, esse "povo" que se juntava em oposição ao governo incluía desde setores moderados ligados ao Partido Democrata Cristão até as oligarquias representadas pelo Partido Nacional, os generais que conspiravam por um golpe ou os grupos paramilitares de ultradireita, dos quais o mais notável era o Patria y Libertad.

A inclusão de uma demanda numa cadeia de equivalências, explica o autor, acaba sendo uma "bênção dúbia". Isto se dá porque, por um lado a demanda ganha uma "corporeidade" que não possuiria de outra forma, deixando de existir isolada e efêmera e portanto resistindo mais ao longo do tempo em que busca ser realizada; mas, por outro lado, não há garantias de que ela seja efetivamente contemplada no fim das contas.

> O 'povo' (a cadeia de equivalência) possui leis estratégicas de movimento próprias, e nada garante que essas leis não levariam ao sacrifício (ou pelo menos comprometeriam substancialmente) as solicitações envolvidas em algumas das demandas democráticas[14] individuais (LACLAU, 2013: 144).

Os responsáveis por articular a construção desse "povo", sobre uma cadeia de equivalências, muitas vezes acabam tendo papel determinante no preenchimento ou não dos anseios representados pelas diversas demandas. E o caso chileno, uma vez mais,

[14] Convém um breve esclarecimento sobre o que o conceito de "demandas democráticas" quer dizer na obra de Ernesto Laclau, visto que o uso de "democrático" não se dá, aqui, em sentido lato: para Laclau, uma "demanda democrática" é aquela que, satisfeita ou não, permanece isolada. Várias "demandas democráticas" não atendidas podem ser articuladas em conjunto e se tornar aquilo que o autor chama de uma "demanda popular" – uma pluralidade de demandas que acabam por constituir uma subjetividade social mais ampla, através de sua articulação em uma cadeia de equivalências. No nosso exemplo, uma "demanda democrática" poderia ser o fim da inflação, enquanto a "demanda popular" seria a queda do governo – sem haver necessariamente uma concordância quanto aos meios de se fazer isso – que corresponderia à demanda do fim da inflação articulada às várias outras que viemos mencionando.

oferece um bom exemplo sobre como, apesar de todas as demandas terem sido construídas como equivalentes enquanto se buscava derrubar o governo, logo se veria que algumas eram muito mais prementes que as outras.

**A caminho do golpe**

É preciso levar em conta, ademais, que a tentativa de construção de uma cadeia de equivalências – a fim de unir esse "povo" do qual nos fala Ernesto Laclau em torno de uma determinada "demanda popular" que agrupe várias outras demandas específicas – pode muitas vezes não ser bem sucedida, interrompendo-se. Como ressalta o autor (LACLAU, 2013: 145), esse processo com frequência vê seus horizontes limitados quando o sistema que passa por questionamento consegue absorver as demandas individuais – ou, pelo menos, uma boa parte delas, considerando-se a inexistência de um sistema que não seja questionado de alguma forma – de modo a satisfazê-las. Ao atender certas demandas, impedem que elas sejam articuladas umas com as outras ou com as demais demandas que permanecerão sem ser atendidas. No momento em que pelo menos uma parte significativa das muitas demandas que poderiam entrar numa cadeia de equivalências se veem satisfeitas, alguns setores sociais que anteriormente se aglutinariam sob uma grande "demanda popular" deixam de ser atraídos por ela, diminuindo a capacidade de arrasto social e enfraquecendo suas possibilidades de barganha.

A dificuldade encontrada pelo governo de Salvador Allende, que observou a formação de uma oposição cada vez mais decidida em derrubá-lo conforme os curtos anos de sua administração avançaram, residiu na impossibilidade de conseguir contemplar mesmo minimamente as demandas mais prementes de uma camada social determinante para os rumos políticos do país: a classe média chilena. Uma frase que costuma ser atribuída a Allende, pronunciada durante uma conversa com políticos de oposição, resume os obstáculos encontrados na implantação de seu ousado programa de reformas sociais: "Para vocês, sou um revolucionário; para os meus, sou um conservador".

A certa altura, a Unidade Popular viu-se paralisada em meio à busca, por um lado, de conciliação com os opositores e, por outro, de manter seus próprios partidos coesos internamente, respeitando o programa – e os métodos – defendidos quando das eleições de 1970. A UP passou a experimentar uma fragmentação interna quanto à postura a ser adotada. Alarmado com a rapidez no processo nos primeiros anos e com a flagrante incapacidade de o Estado absorver tantos aspectos da economia em tão pouco tempo –

mais ainda diante dos boicotes liderados pelos Estados Unidos –, Allende passou a advogar por uma política mais moderada, que buscasse um diálogo com a democracia-cristã. Nisso, teve o apoio do Partido Comunista. Mas, no próprio Partido Socialista, ao qual o presidente pertencia originalmente, a ideia dominante passou a ser a de *avanzar sin transar* – avançar sem hesitações, e sem negociações com os partidos representantes da "burguesia". Na fase final do governo, o PS chegou a aproximar-se inclusive do MIR, grupo que pregava a luta armada para alcançar a revolução, era crítico ao "reformismo" do governo, e jamais chegou a integrar oficialmente a UP. Outros partidos menores, porém importantes, que integravam a coalizão também se fragmentaram: o Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), dividiu-se entre uma ala "revolucionária" – que também se aproximou do MIR – e outra moderada. O Partido Radical, sigla que dava à UP certo crédito com os setores médios mais desconfiados, também sofreu fragmentação – o grupo surgido dessa cisão, chamado Partido de Izquierda Radical (PIR), logo abandonou a coalizão governista e foi para a oposição.

Percebendo o risco que uma postura radicalizada impunha ao diálogo com a oposição, mas simultaneamente temeroso de contrariar suas limitadas bases num cenário em que elas nunca haviam sido maioria eleitoral absoluta, o governo foi engolido em vários momentos pelas ações da ala extrema do Partido Socialista e do MIR. Pouco a pouco, passou a ter que lidar com uma espécie de oposição interna – ainda que esta, evidentemente, jamais tenha cogitado uma derrubada do governo, pretendendo simplesmente provocar uma guinada mais convicta no sentido da "revolução". Peter Winn coloca essa questão nos termos de uma disputa entre a "revolução vinda de cima", pregada por Salvador Allende e que procurava estabelecer mudanças dentro do marco legal, e uma "revolução vinda de baixo", que buscava acelerar o processo, mesmo que para isso fosse preciso atropelar a legislação existente[15]:

> [...] o momento certo, a sequência, o escopo e o controle dessa planejada revolução vinda de cima foram desafiados e transformados pela erupção de uma imprevista, porém acelerada e profunda, "revolução vinda de baixo", pela ação de trabalhadores, camponeses e *pobladores* do Chile. Essa revolução vinda de baixo com frequência coincidia com, ou complementava, mas cada vez mais divergia da revolução legalista e modulada vinda de cima, em um processo mais espontâneo e interativo das bases que não era facilmente controlado de cima. Se a marca

[15] Um exemplo: Miguel Enríquez, secretário-geral do MIR, mais de uma vez argumentou que, sim, seu movimento frequentemente atuava em desacordo com a lei, mas isso se devia exclusivamente ao fato de que a legislação chilena correspondia aos "interesses da burguesia". O MIR, dizia Enríquez, procurava também a substituição dessas leis por um código que contemplasse as demandas do proletariado. Ver: Garcés *et al.* (2004).

> registrada da revolução vinda de cima era seu legalismo, a marca registrada da revolução vinda de baixo era a *toma*, a apropriação da propriedade, ação formalmente ilegal mas socialmente justa (WINN, 2010: 89).

As ocupações irregulares de terrenos e fábricas, com as quais o governo não compactuava, mas se negava a coibir, foram afastando cada vez mais a oposição conservadora, que ganhou novos argumentos para radicalizar seu discurso – não só o Partido Nacional, que sempre havia enunciado a mais ferrenha contrariedade, mas também o Partido Democrata Cristão. Se o PDC havia procurado o diálogo em diversas ocasiões, uma conversa que Allende e o Partido Comunista também ansiaram com empenho especialmente ao longo de 1973, logo a ala conservadora da democracia-cristã venceria as eleições internas e modificaria sua política em relação à Unidade Popular. Um episódio significativo para isso foi o assassinato, na metade de 1971, do ex-Ministro do Interior de Eduardo Frei, Edmundo Pérez Zujovic, acusado de ser o mandante do massacre de Puerto Montt, ocorrido dois anos antes.[16]

O político democrata-cristão foi assassinado por um grupo de extrema-esquerda autointitulado Vanguarda Organizada do Povo (VOP), movimento sem importância que jamais havia cometido qualquer ação digna de nota e não voltaria a atuar – persiste a suspeita de que o VOP teria sido infiltrado pela CIA e levado a cabo a ação com a intenção de associar o governo ao extremismo (MONIZ BANDEIRA, 2008: 278). Fosse pelo atentado ou pela posterior proximidade de partidos da UP com o MIR – que era lembrado por assaltos a banco (os quais chamava "expropriações") no final dos anos 1960 –, essa associação se tornaria cada vez mais corrente. A partir do assassinato de Pérez Zujovic, o setor conciliador do PDC perdeu voz dentro do partido, que passou a ser controlado por grupos que apoiariam abertamente uma intervenção militar – embora pretendessem um levante curto de substituição de governo, sem imaginar a ditadura de 17 anos que se instaurou e colocou os

[16] Vide nota 3.

próprios democrata-cristãos na clandestinidade.[17]

A crise econômica e política agravou-se depois do relativo sucesso do governo em 1971. Já no final daquele ano, durante uma visita de Fidel Castro ao Chile – sua primeira viagem a outra nação latino-americana após o início do embargo liderado pelos Estados Unidos –, uma passeata de oposição intitulada "a marcha das panelas vazias" tomou as ruas da cidade para protestar contra a esquerda e uma escassez de alimentos que, embora ainda não fosse notável, seria sentida a partir do ano seguinte. Vieram as greves patronais, as paralisações de caminhoneiros, a inflação cresceu ainda mais e o açambarcamento levou a uma dramática escassez de produtos essenciais. A cadeia de equivalências no discurso contrário ao governo cresceu, passou a aderir setores moderados da população que, embora descontentes, ainda não cogitavam a destituição violenta de Allende. No entanto, com as ações irregulares de ocupações de fábricas e terrenos levadas a cabo por grupos radicalizados de esquerda, mais a proximidade de partidos da UP com o MIR, que possuía uma péssima imagem de "extremista", derrubar o governo também se tornou equivalente a defender a própria legalidade – ainda que isso significasse ocultar as ações ilegais exercidas pelos próprios grupos de oposição, como o Patria y Libertad.

No final de agosto de 1973, atacado publicamente pela imprensa e internamente por outros militares, por sua tentativa de uma saída constitucional para a crise, o general Carlos Prats[18] renunciou ao comando do Exército, que passou às mãos de Augusto Pinochet. Naquela mesma semana, deputados do Partido Nacional e do PDC haviam aprovado uma

[17] Alguns políticos do PDC sempre se opuseram à ideia do golpe e, tão logo se deram os eventos de 11 de setembro de 1973, manifestaram publicamente seu repúdio ao levante militar. O caso mais notório foi o de Bernardo Leighton, então deputado, que em 1975, no exílio, seria vítima de um atentado perpetrado pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a polícia de secreta de Pinochet. Conforme a violência do regime militar foi se tornando cada vez mais clara, mesmo os setores da democracia-cristã que apoiaram abertamente uma intervenção acabaram revendo seu posicionamento: o ex-presidente Eduardo Frei tornou-se uma das principais vozes de oposição ao regime pinochetista; morreria em 1982, em decorrência de complicações em uma cirurgia de rotina, e investigações posteriores concluíram que Frei havia sido envenenado. Patricio Aylwin, outro nome decisivo no rompimento do diálogo com a UP em 1973, passaria a ser o principal nome da Concertación, união de partidos que lutavam pelo retorno à democracia e incluía, numa ironia histórica, o Partido Socialista. Em 1990, com apoio dos socialistas, o democrata-cristão Aylwin seria o primeiro presidente eleito no país desde Allende, um socialista derrubado em grande parte devido à oposição do PDC.

[18] Nos piores momentos da crise, Prats – assim como outros generais – havia sido integrado ao Ministério de Salvador Allende, numa tentativa dupla: entrar em acordo com as Forças Armadas e demonstrar publicamente que, apesar dos clamores por um golpe, o governo tinha o apoio dos militares. Carlos Prats saiu do país pouco após o golpe de Estado. Em 30 de setembro de 1974, em frente à casa onde estava vivendo em Buenos Aires, foi assassinado junto com sua esposa por agentes da DINA.

"acusação constitucional" contra o governo, associando-o ao uso do poder para cometer atos ilegais, numa medida que foi considerada por muitos como um "sinal verde" para um golpe militar. Embora mais de um milhão de pessoas tenha ido às ruas apoiar o governo no terceiro aniversário da eleição, em 4 de setembro, apenas uma semana mais tarde a grande cadeia de equivalências ordenada sob a consigna de "expulsar a esquerda do poder" mostrou toda a sua força, com o bombardeio do palácio de governo e a morte do presidente Allende. Surpreendentemente, para aqueles que associavam a UP ao extremismo de grupos como o MIR, nunca existiu uma luta armada de peso para resistir ao golpe – mas a propaganda da ditadura logo trataria de esconder esse fato, justificando suas muitas violações de direitos humanos ao atribui-las a uma reação ao que dizia serem vários focos de "grupos guerrilheiros" espalhados pelo país. Parte da propaganda envolveu a disseminação do *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*, organizado pela Secretaría General de Gobierno (1973), reunindo documentos (muitos dos quais, sabe-se hoje, forjados) a fim de elucidar as supostas relações da Unidade Popular com grupos extremistas.

O primeiro discurso dos militares, na manhã do dia 11, quando Allende ainda resistia no Palácio de La Moneda, escolheu palavras que representavam bem essa ideia que associava à esquerda (os "marxistas") a toda a crise, à violência e, mesmo, à ilegalidade: "As Forças Armadas e o Corpo de Carabineiros do Chile estão unidos para iniciar a histórica e responsável missão de lutar pela liberação da pátria do jugo marxista, e pela restauração da ordem e da institucionalidade".

## Considerações finais

"Liberar a pátria do jugo marxista" após a expulsão da esquerda do poder não tinha, no entanto, o mesmo sentido para os diferentes setores sociais que em algum momento almejaram a queda de Allende. Em pouco tempo, aquela "bênção dúbia" mencionada por Laclau ao falar das longas cadeias de equivalência seria percebida. As demandas que ajudaram a construí-las estiveram longe de ser contempladas com a mesma prioridade.

A ditadura de Pinochet costuma ser recordada pelo "sucesso econômico", representado em termos de crescimento do produto interno bruto (PIB), obtido a partir de uma política radicalmente neoliberal levada a cabo por economistas civis formados pela

Escola de Chicago. Convém lembrar, entretanto, que a situação da economia permaneceu desordenada por uma década após o golpe, agravando as condições socioeconômicas de muitos chilenos, em grande parte pela política do novo regime. Mesmo com o fim dos principais boicotes internacionais, o Chile chegaria, dez anos após o golpe, com indicadores sociais e econômicos piores do que os do auge da crise de 1973. No pior ano, 1982, o PIB retrocedeu mais de 14%, enquanto o desemprego bateu recorde, aproximando-se de 24% da população economicamente ativa. O crescimento do PIB só seria observado nos anos finais do regime militar, e mesmo a elevação desses índices viria ao custo de uma notável elevação da desigualdade social que colocou o Chile como o segundo país com maior disparidade econômica da América do Sul à época – atrás apenas do Brasil. O Coeficiente de Gini (que varia de zero a um, sendo tanto maior a desigualdade quanto mais próximo de um for o valor) do Chile saltou de 0,46 em 1973, no momento do golpe, para 0,57 em 1990, quando Augusto Pinochet deixou o poder (LARRAÑAGA, 2001).

Como comentamos acima, os setores da elite econômica responsáveis pela articulação de um "povo" contra o governo tinham interesses muito claros, que não necessariamente correspondiam àqueles das camadas médias (e mesmo baixas) descontentes com a dificuldade cotidiana, que inicialmente apoiaram o fim do governo da UP. Assim, o regime militar que se instaurou não teve qualquer hesitação em devolver as propriedades rurais e fábricas aos seus antigos donos, em privatizar grande parte dos serviços do Estado, em perseguir milhares de militantes de sindicatos e organizações de esquerda, ou em colocar todos os partidos na ilegalidade, inclusive aqueles que apoiaram o golpe (mas oferecendo, convenientemente, cargos de governo a antigos membros do Partido Nacional). Por outro lado, a violência esporádica dos "extremistas" foi simplesmente substituída por uma sistemática violência de Estado, enquanto a crise econômica e a inflação, talvez as maiores preocupações do chileno comum insatisfeito com o governo Allende, estenderam-se por muitos anos após o golpe.

**Referências**

AGGIO, Alberto. *Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile*. São Paulo: Annablume, 1999.

DEBRAY, Regis. Prólogo y Entrevista a Salvador Allende del Periodista Regis Debray, Publicada em revista Punto Final. Enero de 1971. In: GUTIÉRREZ, Eduardo; SIERPE, Vladimir (comp.). *Salvador Allende*. Entrevistas 1970-1973. Santiago de Chile: Editare Editores Asociados, 2009, p. 17-98.

DRAGO, Tito. *Chile:* Um duplo seqüestro. Trad. Magda Lopes. Brasília: Thesaurus, 1995.

FARÍAS, Víctor. *La Izquierda Chilena (1969-1973)*: documentos para el estudio de su línea estratégica. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 2000.

GARCÉS, Mario *et al.* (ed.). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile.* Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucinaria – MIR. Santiago de Chile: LOM, 2004.

GONZÁLEZ, Mónica. *La Conjura:* los mil y um días del golpe. Santiago de Chile: Catalonia, 2012.

KISSINGER, Henry. *White House Years*. New York: Simon & Schuster, 2011.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. The Death and Resurrection of the Theory of Ideology. *MLN*, Johns Hopkins University Press, v. 112, n. 3, apr. 1997, p. 297-321.

LARRAÑAGA, Osvaldo. Distribución de ingresos en Chile: 1958-2001. *Documentos de Trabajo*, Departamento de Economía, Universidad de Chile, v. 178, 2001.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe:* Estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARÍN, Germán. *Una historia fantástica y calculada*. La CIA en el país de los Chilenos. México: Siglo XXI, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos:* a derrubada de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PRATS, Carlos. *Memorias*. Testimonio de un soldado. Santiago de Chile: Pehuén, 1985.

SECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO. *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*. 2. ed. Santiago de Chile: Lord Cochrane, 1973.

SOTO, Wladimir. Documentos para la historia de la matanza de Puerto Montt. In: CENTRO DE ESTUDIOS MIGUEL ENRÍQUEZ. *Archivo Chile*: a 37 años de la "Masacre de Puerto Montt", un hecho que marcó trágicamente la historia del país. Santiago de Chile: Archivo Chile, 2006. Disponível em <http://www.archivochile.com/Historia_de_Chile/pmontt/HCHpmontt0004.pdf> Acesso em 28 jan. 2015.

VERDUGO, Patricia. *Chile, 1973:* como os EUA derrubaram Allende. Trad. Claudia Furiati. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2010.

**Aprovado em 09/07/2015**

**Prof Dr Protásio Paulo Langer**

**Prof.Ms Tchella Maso**